

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

Foi noticiado que a ministra da agricultura de Portugal reuniu com outros ministros da agricultura em Madrid para debaterem o problema do setor leiteiro criado, entre outros, pelo fim das quotas. Segundo o que se tornou público as soluções poderão passar por recursos a crédito a conceder pelo BEI; pelo aumento das verbas da PAC destinadas aos produtores pecuários; pela retirada de leite do mercado e para tal espera-se que Bruxelas suba o valor de referência a partir do qual os Estados o podem fazer, que se situa neste momento nos 21 cêntimos/quilograma.

Estas medidas discutidas serão apresentadas no próximo conselho de ministros de agricultura a realizar em setembro, mas entretanto o Comissário Europeu já demonstrou pouca disponibilidade para grandes alterações, nomeadamente nos valores de referência, até porque recusa que a situação seja tão negativa e que o fim das quotas será bastante positivo no futuro. Em Portugal a média do preço do leite já se situa abaixo dos 29 cêntimos/quilograma, sendo o limite mínimo de viabilidade das explorações de 40 cêntimos/quilograma, segundo os produtores.

As dificuldades que os produtores de leite vivem após o fim das quotas leiteiras há muito que eram previstas pelo PCP e a sua resolução passa pela existência de mecanismo de regulação de mercado que garantam preços justos à produção e a proteção da produção nacional face à entrada de leite estrangeiro.

Posto isto, com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Agricultura e do Mar, o seguinte:

1. Que resultados espera o governo português alcançar com as medidas discutidas em Madrid?
2. Com estas medidas quanto é espectável que aumente o preço do leite pago ao produtor?
3. Desde o fim das quotas leiteiras qual o número de explorações que já encerraram?
4. Dado que o Comissário Europeu aparenta pouca disponibilidade para proceder a alterações, que outras medidas estão previstas para o caso de as medidas anunciadas serem recusadas?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 31 de Agosto de 2015

Deputado(a)s

JOÃO RAMOS(PCP)